

Conferência de Imprensa realizada dia 15-02-2016

A Direcção da Organização Regional de Vila Real do PCP, sublinhou o facto de na actual fase da vida política nacional, a eleição de Marcelo Rebelo de Sousa constitui um factor negativo, que o resultado obtido pela Candidatura de Edgar Silva, ficou aquém do que era suposto, tendo a consciência que esta Candidatura era um importante contributo para a derrota do Candidato da direita.

Na candidatura de Edgar Silva esteve presente, não só o compromisso com a defesa e o integral cumprimento e respeito pela Constituição, mas também, como em nenhuma outra, a assunção de toda a sua dimensão política, económica, social e cultural. Uma assunção única e singular da dimensão dos direitos, do valor do trabalho e dos trabalhadores e um vínculo com os valores de Abril.

A candidatura de Edgar Silva, confirmou a importância da voz própria do PCP no debate sobre a situação nacional e o papel do Presidente da República para defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa.

Sublinhar ainda, o facto de a insistente proclamação antecipada da vitória de Marcelo Rebelo de Sousa à primeira, ou à segunda volta, ter contribuído para conduzir à abstenção de muitos milhares de eleitores. A ocultação por parte deste sobre o papel do PR e sobre as questões cruciais da vida nacional, também comprovado ficou a real possibilidade, que o PCP sempre afirmou, de o impedir se todos se tivessem verdadeiramente envolvido nesse objectivo.

Aqui pesou a opção do PS de não apresentar nem apoiar um candidato, traduzida na ausência de empenhamento e de intervenção desse partido, bem como o desenvolvimento de conflitualidade nas candidaturas de Maria de Belém e de Sampaio da Nóvoa com o PS identificadas.

Estas eleições revelam a persistência e alargamento de expressões antidemocráticas fruto de uma sistemática acção populista, assumida também por várias candidaturas, que se reflectiu quer em opções de voto, quer na dimensão da abstenção. Regista-se o desenvolvimento de linhas de desvalorização da participação popular nas campanhas, em si elementos da democracia participativa, tentando limitar a dimensão das campanhas e remetendo os eleitores a uma atitude passiva e acrítica, reduzindo-os a espectadores e receptáculos da mensagem dominante.

Em relação à nossa intervenção desde as passadas eleições Legislativas, – foi possível, com um papel determinante do PCP: travar a concessão e privatização das empresas de transportes terrestres de passageiros; alterar o regime de protecção de invalidez; revogar medidas lesivas da dignidade dos professores e adoptar formas de avaliação para a melhoria do sucesso e aprendizagem escolar; repor o direito das mulheres à IVG sem pressões nem constrangimentos; repor os complementos de reforma roubados aos trabalhadores das empresas do Sector Empresarial do Estado; proteger a morada de família face a penhoras decorrentes de execuções fiscais; avançar no sentido da proibição dos bancos alterarem unilateralmente as taxas de juro e da alteração das regras dos contractos de comunicações electrónicas; eliminar o corte dos feriados retirados pondo fim a quatro dias de trabalho não remunerado.

Foi também possível, ainda que de forma insuficiente e aquém das propostas defendidas pelo PCP, deixarem de ser aplicados cortes salariais aos trabalhadores da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado; ser assegurada a redução da sobretaxa do IRS, na base da progressividade e a sua eliminação em 2017; abrir caminho para a fixação do horário de trabalho das 35 horas, para todos os trabalhadores na Função Pública, independentemente do seu vínculo; o aumento do Salário Mínimo Nacional, fixando-o em 530 euros, longe dos 600 euros que o PCP propõe. Estes avanços e progressos não podem esconder opções de fundo associadas à política de direita e que levaram a que o PS tenha dado continuidade a processos – tendo na sua origem a responsabilidade principal do anterior Governo PSD/CDS - que colidem com o interesse nacional. São disso exemplo a «resolução do BANIF» com a entrega deste banco a um grupo económico estrangeiro à custa de milhares de milhões de euros de recursos públicos e a ameaça da entrega do Novo Banco para as mãos do grande capital e especulação financeira; a concretização da privatização da CP Carga, empresa estratégica para o sector ferroviário, a economia e a produção nacional; a concessão de benefícios em sede de TSU ao grande patronato, como contrapartida pelo aumento do Salário Mínimo Nacional; a dimensão insuficiente e inaceitável dos valores de actualização das reformas e pensões que não rompe com o rumo de empobrecimento imposto nos últimos anos a esta camada da população, por via do congelamento do seu valor.

Tais opções do Governo PS, para lá do que revelam quanto aos constrangimentos e limitações da actual solução política, dão sobretudo visibilidade à necessidade de uma efectiva ruptura com a política de direita e à concretização de uma política que responda, de facto, às necessidades de elevação das condições de vida dos trabalhadores e do povo português, à promoção do crescimento e desenvolvimento económico.

Em relação ao Orçamento do Estado para 2016, o PCP não pode deixar de chamar à atenção para que os dados e opções presentes nas previsões macro-económicas que estruturam o Orçamento continuam amarrados a constrangimentos e condicionamentos presentes na política de anteriores governos que, a não serem removidos, podem comprometer a resposta aos naturais anseios e expectativas do povo português.

Como a realidade comprova, sem a libertação do País da submissão a limitações externas não será possível garantir e consolidar uma política de crescimento sustentado e de desenvolvimento social. Factores favoráveis da conjuntura externa podem dar espaço a alguma resposta a questões e problemas mais imediatos, podem aliviar a asfixiante situação a que tem estado sujeito, mas não podem garantir o desenvolvimento do País.

Sublinhar que no quadro do exame comum a fazer da proposta de Orçamento do Estado para 2016, a sua apreciação será determinada pelo que venha a expressar quanto ao verificado cumprimento das matérias acordadas no âmbito da «posição conjunta do PS e do PCP sobre solução política» e ao sentido geral de inversão da política de declínio, exploração e empobrecimento imposto nos últimos quatro anos pelo Governo PSD/CDS. É com estes objectivos que o PCP, com a consciência da distância e indisfarçáveis diferenças quanto aos pressupostos macro-económicos, designadamente em matéria de constrangimentos e condicionamentos externos, intervirá activa e seriamente para garantir que o Orçamento do Estado contribua para a concretização dos direitos e aspirações dos trabalhadores e do povo.

Em relação às Questões Sociais, o distrito de Vila Real, a par do elevado nível de desemprego e de precariedade, do encerramento de serviços públicos e do acesso cada vez mais caro e difícil aos apoios sociais do Estado, das elevadas taxas de envelhecimento e dos baixos índices de natalidade, debate-se, ainda, com a fuga contínua da população activa para o litoral e para o estrangeiro, por força dos baixos salários praticados e da negação de direitos laborais.

Os dados divulgados pelo INE no passado mês Novembro de 2015 – o seu estudo sobre “o poder de compra concelhio”, que revela que as assimetrias regionais e as desigualdades entre os diferentes concelhos do país continuam a ser enormes, causando a desertificação crescente de muitas regiões e concelhos perante a passividade, para não dizer colaboracionismo, dos sucessivos governos que nada têm feito de concreto para inverter esta situação preocupante e criadora também de crescentes desigualdades entre portugueses.

Através do valor do poder de compra *per capita* podem tirar-se algumas conclusões sobre as assimetrias do distrito face ao país e sobre as assimetrias inter-districtais. No nosso caso, o poder de compra médio do habitante da Região de Trás-os-Montes era de 64,3%, muito abaixo do poder de compra médio nacional.

Naquilo que diz respeito a este indicador, observam-se grandes assimetrias entre os concelhos do distrito. É o concelho de Vila Real aquele que tem a percentagem mais elevada do poder de compra médio por habitante, enquanto que o concelho de Ribeira de Pena é aquele que tem a percentagem mais baixa.

No distrito, as Pensões de Reforma pagas pela Segurança Social são muito baixas, em média 287,48€/mês, enquanto a média nacional é de 386,56€/mês. O factor de sustentabilidade está a determinar uma redução gradual das pensões de todos os trabalhadores que se reformaram depois de 2006. A fórmula de actualizações das pensões faz com que os reformados com pensões mais baixas (até 620€) não tenham qualquer melhoria no seu poder de compra e que os restantes reformados estejam a sofrer todos os anos uma redução no seu poder de compra.

Quanto ao Rendimento Social de Inserção (RSI), são 2809 as famílias beneficiárias desta prestação social. O Valor médio é de 214,50€/mês e ¼ do total das famílias que usufruem desta prestação dependem exclusivamente da mesma. As restantes dispõem de outros rendimentos. O primeiro grande grupo de beneficiários com outras fontes de rendimento são os pensionistas, que representam 27% do total, sendo também de referir 3% beneficiários do subsidio de desemprego e 1% com subsidio de doença. Como se constata observando estes dados, os baixos níveis das prestações sociais existentes atiram muitos indivíduos para situações de pobreza.

Reforço do Partido e tarefas imediatas

Neste aspecto destacar: a importância de prosseguir a iniciativa do Partido aos vários níveis, mantendo uma estreita ligação com o Grupo Parlamentar do PCP. A Assembleia da República, decidiu o início da campanha sobre os direitos dos trabalhadores «Mais Direitos, Mais Futuro, Não à Precariedade» em 18 de Fevereiro e a realização duma acção junto dos reformados e pensionistas sobre os seus direitos e condições de vida.

Nesta reunião foram reafirmadas as orientações já definidas quanto à concretização da acção específica de reforço do Partido no âmbito da Resolução «Mais organização, mais intervenção, maior influência – um PCP mais forte», ao programa de iniciativas do 85º aniversário do nosso Jornal, o Avante! e do 95º aniversário do Partido, à finalização da Campanha Nacional de Fundos «Mais Espaço, Mais Festa. Futuro Com Abril» até ao próximo mês de Abril e à preparação da Festa do Avante! que terá lugar em 2, 3 e 4 de Setembro, inserindo estas linhas de trabalho e o conjunto da actividade do Partido no trabalho preparatório do XX Congresso, a realizar a 2, 3 e 4 de Dezembro.

Vila Real, 15 de Janeiro/16

A DORVIR do PCP